

Editorial

A Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos, revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, traz aos leitores na 65ª edição importantes artigos com reflexões que focalizam impactos da globalização, na política e no direito, e questões relacionadas aos direitos humanos a partir de diferentes perspectivas e de pontos de vista de autores brasileiros e europeus.

A revista mantém a periodicidade com a sua publicação no último mês do semestre, completando 33 anos socializando e difundindo os resultados de pesquisas e estudos produzidos no âmbito acadêmico brasileiro e de outros países.

Nesta edição foram aprovados pelo Comitê Editorial mais de cem artigos recebidos na redação, dentre eles, foram selecionados treze artigos que passamos a referir.

O doutor Friedrich Müller, professor na Universidade de Heidelberg, Alemanha, escreveu “Einschränkung der Nationalen Gestaltungsmöglichkeiten Angesichts der Wachsenden Globalisierung und die Rolle der Zivilgesellschaft für Mögliche Gegenstrategien”, trabalho que aborda as restrições que se apresentam às opções de projetos nacionais diante da crescente globalização, indicando o papel da sociedade civil para possíveis contraestratégias a esse fenômeno. Müller observa que o Estado-Nação foi severamente restringido no processo de globalização, especialmente, pelos efeitos que ela provoca na econômica e na política financeira, social e ambiental. O autor destaca, contudo, que o Estado-Nação mantém suas funções políticas em defesa da democracia republicana e do estado de direito, mantendo a busca do desenvolvimento huma-

no no âmbito nacional, supranacional e transnacional, além dos direitos civis. Ele trata da estratégia dos movimentos de resistência da sociedade civil, face aos efeitos do processo de globalização que estão trabalhando em prol de uma consciência pública em escala global e de uma sociedade civil global.

O doutor Fernando Galindo Ayuda, professor na Universidade de Zaragoza, Espanha, escreveu sobre a “Democracia, Internet y Gobernanza: una concreción”, apresentando uma reflexão que focaliza a prática sobre o alcance e os limites que têm os usos democráticos na internet, a partir de uma perspectiva jurídica. Apontando três premissas: as afirmações básicas que sobre a democracia se fazem nos textos políticos; o significado e as implicações de algumas das práticas propiciadas pelo uso da internet, às que se vêm caracterizando como democráticas; e a apresentação de algumas experiências que promovem a participação dos usuários de Internet no conhecimento das atividades das instituições públicas.

O doutor João Bilhim, professor na Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, apresenta o artigo “O Mérito nos Processos de Seleção da Alta Direção da Administração Pública Portuguesa: mito ou realidade?”, que trata da influência do modelo de gestão na reforma administrativa em Portugal e, em particular, no que se refere à introdução de maior racionalidade técnica nos processos de gestão pública, amplamente reconhecido naquele país. O autor fez questão de examinar detidamente a influência da meritocracia, como ideia da doutrina do NPM (New Public Management), na reforma administrativa de Portugal.

O doutor Fábio Souza de Cruz e o doutorando Marcelo Oliveira de Moura, ambos professores na Universidade Católica de Pelotas, escreveram sobre “Os Direitos Humanos Como Produto: reflexões sobre a informação e a cultura da mídia”, analisando alguns problemas que envolvem a mídia tradicional por meio dos veículos de comunicação de massa, frente aos direitos humanos na atualidade, apontando possíveis alternativas de saídas e tendências dentro da temática.

A “Hermenêutica Constitucional e Realização dos Direitos Fundamentais: o afastamento das arbitrariedades semânticas na atribuição de sentido”, trabalho elaborado pelo doutor Jeferson Dytz Marin, professor

na Universidade de Caxias do Sul, trata da hermenêutica, na qual ele qualifica de heterodoxa e vertical, apresentada como fórmula para solucionar a tensão existente entre os diversos princípios constitucionais, a fim de viabilizar a implementação e a efetivação dos direitos fundamentais. Sustentando que o desafio é a superação dos decisionismos e das arbitrariedades para enfrentar os paradoxos jurídicos da modernidade.

O doutor Douglas Cesar Lucas, professor na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e no Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo, nos trouxe um trabalho intitulado “A Identidade Como Memória Biográfica do Corpo e sua Proteção Jurídica: itinerários de um paradoxo”. Neste artigo, o autor demonstra que a identidade tem se transformado numa categoria essencial para se compreender os conflitos contemporâneos. Ele sustenta que diferente de suas formas tradicionais de identificação, a identidade tem se estratificado, se tornando múltipla, reclamando reconhecimento jurídico para as suas diferentes formas de produção de pertença. Ainda destaca que o corpo, além das necessidades biológicas, constitui uma identidade que garante uma biografia, a fala e sua particular forma de ser no mundo. Por fim, ele defende que, apropriada pelo direito, a identidade é reduzida a um modo de identificação e que o direito constitui normativamente a identidade descaracterizando-a do seu ser.

A doutora Maria Eugenia Bunchaft, professora do Centro Universitário de Volta Redonda, escreveu “O Julgamento da ADPF n. 54: uma reflexão à luz de Ronald Dworkin”, decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade da interpretação dos juízes que consideravam crime a interrupção da gravidez de feto anencéfalo. Articula o tema de fundo da ADPF na perspectiva substancialista de Dworkin, cuja proposta de leitura moral pode ser um referencial teórico importante para compreender as formas de judicialização na proteção de direitos de gestantes com relação a fetos anencéfalos. A autora analisa e enfatiza os conceitos de valor apresentados no STF, no julgamento estudado.

A doutora Marcia Carla Pereira Ribeiro, professora na Pontifícia Universidade Católica do Paraná e na Universidade Federal do Paraná, e a doutoranda Vivian Amaro Czelusniak, do Programa de Pós-Graduação

em Direito da PUCPR, apresentam o trabalho “Constitucionalismo e Democracia nas Análises Procedimentalista e Substancialista”, discorrendo sobre o contraste entre as visões de Dworkin e de Ely, a partir da evolução histórica do constitucionalismo, para chegar à situação do constitucionalismo no Brasil atual.

O doutor Alfredo Copetti Neto, professor na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, nos traz o ensaio o “Pragmatismo em Filosofia, Realismo em Direito e o Duplo Assalto à Economia Política Clássica: as bases do *first law and economics movement* na *progressive* era americana (1880-1930)”, nele discorre sobre essa concepção que possibilitou uma ruptura paradigmática na prática jurídica dos Estados Unidos. Ele aborda a aliança de juristas e economistas que se uniram para desvendar, por um lado, as posições nitidamente economicistas assumidas pela Suprema Corte Americana no início do século XX, fundadas na economia do *laissez-faire* e justificadas, contrário senso, como meramente formalistas; por outro, buscaram propor a interação de ambas as disciplinas (direito e economia) para potencializar a consideração dos aspectos histórico-sociais das decisões judiciais e, com isso, abrir vista à discussão acerca da possibilidade de se redefinir os fundamentos econômicos do bem-estar geral da sociedade. Nesse sentido, ele destaca a existência de um movimento econômico do direito de cunho progressista e nitidamente anterior àquele iniciado na década de 1960 do século XX pela Universidade de Chicago.

O doutor Clovis Gorczewski, professor na Universidade de Santa Cruz do Sul, e o doutorando Felipe da Veiga Dias, professor da Faculdade Metodista de Santa Maria, com o artigo “A Imprescindível Contribuição dos Tratados e Cortes Internacionais para os Direitos Humanos e Fundamentais”, focalizam a evolução e a importância do direito internacional, através dos tratados, dos pactos e, jurisdicionalmente, das cortes internacionais, para a formação de um sistema de proteção dos direitos humanos. Ele analisam a sociedade com tendência à globalização, cujo estabelecimento de parâmetros de proteção desses direitos são inestimáveis, considerando ser significativa a violações a tais direitos e o fato dos indivíduos carecerem ainda de proteção mais forte quando estão no âmbito internacional.

O doutor Arno Dal Ri Júnior, subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito e professor na Universidade Federal de Santa Catarina, e o doutorando Ademar Pozzatti Júnior, professor no Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina, apresentam “A Construção da Cooperação Jurisdicional nos Pressupostos Teóricos da Obra de Pasquale Stanislao Mancini (1851-1872)”, nesse trabalho, eles analisam o ideal de cooperação jurisdicional na evolução histórica do Direito Internacional Privado, especialmente no período entre o Medievo e a Modernidade. Eles focalizam na obra de Mancini a noção de comunidade internacional como um conjunto de nações e não como um conjunto de Estados, os pilares da nacionalidade, da liberdade e da soberania, bem como o abandono do princípio da territorialidade para adotar a universalidade das relações privadas, embasando a concepção universalista da cooperação jurisdicional.

Os doutores José Rubens Morato Leite, professor na Universidade Federal de Santa Catarina, e Leonio José Alves da Silva, professor na Universidade Federal de Pernambuco, escreveram sobre a “Juridicidade do Dano Ambiental: gestão da zona costeira e aspectos da exploração do pré-sal pelo Brasil”, comentando a condução do processo brasileiro de exploração do petróleo na região do Pré-Sal e a aplicação da teoria da sociedade de risco desenvolvida por Ulrich Beck. Os autores abordam a mundialização dos problemas ecológicos, a crise ambiental, a juridicidade do dano ambiental, as características da responsabilidade civil de longa duração e as normas de prospecção petrolífera e seus impactos sobre a gestão da zona costeira, no modelo de exploração previsto na norma que regula o assunto no âmbito administrativo. São cotejadas, pelos autores, as normas de prospecção frente aos princípios ambientais, especialmente o princípio da precaução, e os julgados sobre a responsabilização nos acidentes com a perfuração, transporte e armazenamento do petróleo no Brasil. Eles ainda enfatizam que no nosso país insiste em permitir o uso de tecnologia qualificada de “pesada e suja” com o fito de obter independência econômica e partilha de *royalties* do petróleo. Seguem sustentando que qualquer investimento em técnica impactante deve estar respaldado por sólidas bases científicas, o que é difícil de esperar quando se trata de uma atividade realizada pela primeira vez, em profundidade tão grande,

observando, também, que existem numerosos exemplos de catástrofes e de acidentes na exploração de petróleo que reforçam a necessidade de as ações de exploração serem realizadas com muita precaução.

Fechando o volume, a doutora Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira, diretora do CCJ e professora na Universidade Federal de Santa Catarina, e a doutoranda Vera Lúcia da Silva, do nosso Programa de Pós-Graduação, apresentam “O Processo de Industrialização do Setor Pesqueiro e a Desestruturação da Pesca Artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967” para evidenciar a contradição entre o conceito jurídico-legal de pesca artesanal no Brasil e a prática social dessa atividade produtiva, verificando seus efeitos sobre a pesca artesanal. Elas afirmam que a tentativa estatal de transformação de uma atividade tradicional em uma atividade de cunho industrial causou impactos sociais e ambientais irreversíveis. As políticas estatais derivadas do conceito de pesca vigente desestimulam a produção artesanal, contribuindo para a desagregação de comunidades tradicionais de seu modo de vida e de sua cultura. Observam, as autoras, que há um estímulo no surgimento de monopólios industriais na captura e na distribuição do pescado, prejudicando as práticas comerciais de livre mercado no setor.

Finalmente, cumprimentamos o editor, doutor Luiz Henrique Urquhart Cademartori, os integrantes do conselho editorial que colaboraram neste número da Revista Seqüência, a assistente, a bolsista, a diagramadora e a revisora.

Luiz Otávio Pimentel
Coordenador do PPGD